

DOI: 10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT11.004

# **VIOLÊNCIA ESCOLAR: CONTRIBUIÇÃO ÀS DISCUSSÕES SOBRE A VIOLÊNCIA ENTRE OS ESTUDANTES EM ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA**

Werlang Cutrim Gomes

Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense – UFF, [wc.gomes@ufma.br](mailto:wc.gomes@ufma.br)

## **RESUMO**

Reflete-se sobre a violência escolar e exclusão de jovens a partir de pesquisa bibliográfica onde são apresentadas e discutidas diversas violências que ocorrem no meio educacional. Este trabalho é um estudo sobre as violências existentes dentro da escola formal de educação básica através de pesquisas feitas por cientistas que se dedicam à compreensão do fenômeno em discussão. Assim, abordamos a questão da violência escolar em escolas de educação básica apresentando-se uma revisão de literatura sobre o assunto a nível nacional e internacional, refletindo-se sobre a exclusão social de jovens, principalmente da escola repercutindo em sérias consequências para o futuro da juventude. Trazemos ainda duas pesquisas sobre as violências em escolas de São Luís para contribuir nas discussões sobre a temática. Chegamos à conclusão de que o fenômeno das violências em meio escolar formal é uma questão que deve ser posta nas pautas dos representantes políticos das populações, desenvolver-se políticas que venham a combater a cultura da violência nos meios de comunicação de massa e desenvolver projetos nas comunidades e escolas formal que garantam um futuro digno para a juventude.

**Palavras – chave:** Violência escolar, Exclusão social, Jovens vulneráveis, Prevenção.

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo trata da questão da violência escolar entre jovens da educação básica. Tratamos da temática em questão, em um primeiro momento, abordando os tipos de violências em geral que são desenvolvidos pelos seres humanos, enfocamos as teorias da violência para em seguida destacarmos a definição de violência escolar. Apresentamos alguns recortes das pesquisas a nível nacional (Brasil) e a nível internacional, em relação às escolas de educação básica quando se trata de violências entre os próprios estudantes. Buscando especificar a cidade de São Luís, capital do estado do Maranhão (Brasil), discorreremos sobre a violência escolar, a exclusão social (da escola) enquanto caminho para o presídio, destacando-se algumas pesquisas sobre o assunto em pauta.

Neste intento, conforme Agozino (2011) temos os seguintes tipos de violências: violência auto infligida que corresponde a um comportamento suicida e de autolesão. O comportamento suicida inclui pensamentos, intenções, também se denominam parassuicídio, enquanto a automutilação, a anorexia e a bulimia caracterizam o auto infligido.

A violência interpessoal está subdividida em violência familiar e violência comunitária. A violência familiar ocorre em forma de violência a menores, a parceira, a parentes idosos etc. Na violência comunitária, os atos de violência acontecem fora de casa (habitação) e ocorre entre sujeitos que não são parentes e que podem ou não se conhecerem. Ocorre violência coletiva nas seguintes formas: violência social, violência econômica, violência política e violência religiosa. Estas violências acontecem por ações de grandes grupos de indivíduos ou por ações do Estado.

As teorias que explicam a violência são as seguintes: comportamento inerente ao ser humano – autores como Thomas Hobbes, Sigmund Freud, Erich Fromm etc. enquadrados na escola do realismo político, desenvolvem argumentos neste sentido. Alguns estudos indicam o motivo da sobrevivência. Os etólogos orientados por Konrad Lorenz falam de um instinto de defesa de território. Estudos posteriores mostram motivos além do territorial, alcançando níveis semelhantes ao genocídio.

Estudos sobre chimpanzés indicam grandes atividades de violência entre estes, cita-se, por exemplo: Jane Goodall em 1973 na Tanzânia, Richard Wrangel em 1970 em Gombe.

Assim, para a teoria do comportamento instintivo, o homem seria portador de níveis elevados de agressividade em duas correntes: intraespecífica e interespecífica, pois, por um lado aniquila vidas humanas e por outro, toda classe de animais. Somente o ser humano, é capaz de industrializar a violência contra a própria espécie. Contudo, Albert Bandura não considera a agressão um comportamento instintivo. Para este cientista, trata-se de um comportamento aprendido que se dá a partir do reforço das condutas agressivas. Dessa forma, durante a evolução humana, as necessidades básicas do ser humano são satisfeitas através da agressão. O homem aprende que a agressão faz parte do comportamento humano e que é útil quando se faz conveniente.

A teoria da frustração – agressão é muito utilizada pelas ciências sociais, teve sua origem na Universidade de Yale em 1939, por J. Dollard e colegas. Esta teoria supõe que as pessoas têm objetivos ou finalidades e não havendo obstáculos para concretizá-los, o comportamento apresenta-se de forma pacífica. A condição de escassez em que vive o homem favorece o desenvolvimento de obstáculos para a realização de seus objetivos, frustrando-o e levando-o a um estado de violência ou agressão. (AGOZINO, 2011).

Conforme Agozino (2011) para Hanna Arendt, a violência é a expressão da impotência, assim existe a agressividade expressiva manifestando a ira, cólera, ódio, vingança e outras emoções ou sentimentos destruidores e existe a agressividade espontânea que emana automaticamente diante de alguns agentes ou estímulos próprios, funcionando a serviço do impulso de autoafirmação individual, tratando de proteger a integridade física, a dignidade da personalidade e o sentido de autoafirmação.

Nos últimos tempos as três causas que incrementam a violência são as reativas, as expressivas e as espontâneas, porém a segunda causa, ou seja, a expressiva tem se destacado. A agressividade expressiva tem bases em emoções malignas e violentas, se distingue como forma de agressividade muito nítida e autônoma provocando comportamentos muito destrutivos.

Os homens valorizam vários aspectos da vida social e quando não conseguem realizar esses valores ou quando a realização de um implica a perda de outro, desenvolvem-se as insatisfações e conseqüentemente as agressões. A esta situação classifica-se de “privação relativa” que podemos definir como: “a tensão provocada por uma discrepância entre o dever ser e o ser de satisfação de valores coletivos”. A ideia básica é que a violência coletiva potencial varia segundo a intensidade e o alcance da privação relativa entre os membros de uma sociedade.

Um segundo tipo de privação é denominado de: “privação por decrescimento”, refere-se ao fato da capacidade de obter valores diminuir. A frustração e a ira são consequência da perda de um valor antes possuído. Esta privação engloba pessoas com mobilidade social decrescente ou descendente. Pessoas que perdem direitos que possuíam há muito tempo e pessoas com rendas fixas em períodos de inflação.

Uma outra situação de privação, se refere aos que conquistaram grandes riquezas, empresários por exemplo e as perderam por questões políticas e econômicas, gerando assim violência. Importa ressaltar que a violência se apresenta em todo status social independente de formação cultural, política e econômica. Referimo-nos à violência política que é alimentada pela privação relativa. Atualmente a violência política se mantém devido à privação relativa de grandes setores da população limitados a uma pobreza extrema e marginalidade. (AGOZINO, 2011).

## **2 DEFINIÇÃO DE VIOLÊNCIA ESCOLAR**

A violência escolar pode ser caracterizada de um lado, a que é oriunda do sistema educacional e de outro, a que se origina no estudante. Violências escolar ou comportamentos antissocial, no lócus educacional, a escola, caracterizam-se por ações e situações que fogem às normas sociais. Na literatura internacional e nacional, os comportamentos antissocial, são na maioria dos estudos, denominados de “violência escolar”. As situações de violências nas escolas não é algo novo. Estas além de constituírem-se em importantes objetos de reflexão, são um problema social.

Os primeiros estudos de acordo com Abramovay e Graças Rua (2004) remontam à década de 1950 nos Estados Unidos da América – USA, com o decorrer do tempo, os comportamentos antissocial se agravaram, deixando de ser apenas uma questão de indisciplina. No Brasil, a sociedade tem enfrentado o aumento de violências nas escolas, tais como: agressões físicas, verbais e simbólicas etc. Sobre a realidade educacional maranhense além das questões de comportamentos antissocial, temos graves problemas em relação à qualidade do ensino. Conforme Raposo (2000, p. 13): “O fracasso escolar e a sua forma peculiar e lenta de instalar-se nas escolas, tendo-se tornado crônico, passou a ser considerado quase natural, ou seja, de responsabilidade desconhecida.” Assim, exige-se muito mais do que apenas uma postura de expectador, é necessária uma intervenção nesta realidade que demonstra estar se desenvolvendo em meio a diversos fatores que põe em riscos a integridade da juventude maranhense.

## 2.1 ESTUDOS SOBRE VIOLÊNCIA ESCOLAR

A temática da violência escolar possui uma ampla literatura a nível internacional e no Brasil o assunto tem sido abordado mais intensamente a partir dos anos 1980. Dentre os cientistas que têm se dedicado a pesquisar problemas de violência escolar, cita-se dentre outros, conforme Abramovay e Graças Rua (2004): Hanke (1996) que analisou escolas nos EUA, Ortega (2001) na Espanha, Hayden e Blaya (2001) na Inglaterra, Peralva (1997) na França, Funk (2001) na Alemanha, Feldman (1998) no Japão, e a nível de Brasil destacam-se na literatura: Spósito (2001), Guimarães (1984, 1998), Candau (1999), Zaluar (1994) dentre tantos outros, pois as pesquisas têm se ampliado bastante.

Na análise da literatura sobre comportamentos antissocial ou violências na escola, foi possível constatar dois tipos de fatores que se relacionam com a problemática violência, são estes: os endógenos e os exógenos. Os fatores endógenos correspondem a: idade, série ou nível de escolaridade dos estudantes, as regras e a disciplina dos projetos pedagógicos das escolas, bem como o impacto do sistema de punições, os próprios professores que, por banalizar a violência e não dar atenção especialmente às incivildades e

discriminações, estariam contribuindo para desrespeitar os direitos dos alunos à proteção e perderiam o momento pedagógico de educar contra culturas de violência, a má qualidade do ensino, a carência de recursos humanos e o tratamento autoritário dado aos alunos como potencializadores de violências por parte dos mesmos.

Quanto aos fatores exógenos, citam-se: gênero, masculinidade e sexismo, contemplando situações diversas (EUA e Inglaterra) entre as quais, assédio sexual, abusos sexuais e psicológicos em que os professores tomariam o lugar de agressores; relações raciais, racismo e xenofobia (EUA e Europa); composição étnica/racial e nacional (EUA e Europa); a família, como condicionante ou antecedente de personalidades violentas; a influência da mídia – a veiculação da violência e sua banalização social; características do ambiente em que se situa a escola: em alguns casos, o bairro, em outros, a sociedade.

Em alguns estudos no Brasil, a escola é percebida como açoi-tada por violências que se originam fora dela e a atingem. Neste sentido, é comum a referência à pobreza e à violência nas comunidades pobres e ao pertencimento de alunos a bandos de tráfico, gangues que seriam introduzidas nas escolas, constituindo parte de uma ecologia social que as afogaria, mas não seria nelas originada.

Um dos levantamentos mais extensivos feito na França desmistifica a ideia de fatalidade da violência na escola situada em zonas consideradas de alto nível de criminalidade, concluindo-se que políticas internas podem ser eficientes no sentido de preservar a comunidade escolar. (ABRAMOVAY; GRAÇAS RUA, 2004).

### **3 VIOLÊNCIA ESCOLAR EM ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA**

As pesquisas apresentam algumas conclusões muito importantes, assim temos que: Em 13 Unidades da Federação e no Distrito Federal, nas escolas, a violência física é caracterizada por brigas, agressões, invasões, depredações, ferimentos, e até mortes, e os conflitos se registram entre vários sujeitos: alunos e professores, alunos e funcionários etc. A violência simbólica é mais difícil de ser percebida. É exercida muitas vezes de forma sutil,

sem necessariamente ser vista como violência por quem a sofre. (ABRAMOVAY; GRAÇAS RUA, 2003).

Ocorre que é necessário fazer a diferença entre indisciplina e violência, observar que algumas situações não têm sentido para crianças pequenas; tais como ficar sentadas e caladas esperando a hora de fazer determinada tarefa. Os pesquisadores chamam a atenção para a ausência de um projeto pedagógico coletivo que orientassem as crianças a interagirem com autonomia e de forma cooperativa.

Deve-se buscar entender como as crianças e adolescentes vivenciam subjetivamente as experiências de comportamentos antissociais e tomam decisões, não sendo apenas elementos submissos às pressões externas. O educador deve perceber que a “zoeira” é um vetor de costumes que regula o comportamento do jovem, desenvolve uma coesão social, pois apresenta formas coercitivas de regulação, um julgamento moral extremamente crítico da conduta. A bagunça passa a ser vista como uma degenerescência da zoeira e a escola como espaço cada vez menos sem função normativa. (GONCALVES; TOSTA, 2008).

Chamamos a atenção para o individualismo pós-moderno caracterizado pelo declínio do homem público e a privatização intimista do indivíduo que marcou fortemente a sociedade brasileira, sublimando os mais imediatos interesses individuais. Assim, levar vantagem, é uma marca da masculinidade bem-sucedida no país e fazer dinheiro fácil através de especulações e golpes financeiros tornou-se marca do capitalismo brasileiro, que passou a ser veiculado na mídia nacional.

Outra questão a ser refletida é o fato de a escola ter deixado de lado a formação moral de valores sociais e de projetos familiares em detrimento apenas de uma formação técnica e de conteúdos científicos. Todo e qualquer projeto de formação do cidadão para a dignidade, passou a ser apenas uma solução para tirar o menor da rua para não se envolver em criminalidade e violências, porém não são discutidos o projeto pedagógico da escola e os programas de curta duração, assim como também não foi exigida uma qualidade melhor da educação.

A escola tornou-se um lugar para ocupar as crianças com atividades, inclusive em tempo integral e que o jovem vai abandoná-la

na época de trabalhar para sustentar a si e sua família, retornando assim à rua.

Os educadores por outro lado não discutem tal situação e acreditam que qualquer coisa serve para o pobre, pois ficam agradecidos por tão pouco. (ZALUAR *in* BARRETO *et al.* 1992).

A crise da educação brasileira é apontada como talvez uma falta de perspectiva espiritual e cultural. A influência do paradigma positivista entronizou a técnica, excluindo da escola a formação moral. Os tempos de ditadura militar no Brasil (1964 – 1988) eliminaram qualquer discussão sobre a natureza moral da educação, e as sucessivas reformas educacionais não discutiram verdadeiramente o objetivo último da educação, desse modo, o sistema educacional não forma nem técnicos e nem cidadãos. Os efeitos da política a-valorativa que atende aos interesses econômicos e do mercado de trabalho acabou causando em grande massa da população brasileira, exclusão. Excluem-se da escola os que não têm capacitação técnica e também há exclusão do exercício de cidadania. (BARRETO *in* BARRETO *et al.* 1992).

Conforme Paiva (1992), a população espera que o Estado supra todas as suas necessidades, não acreditam que através da educação possa ser eliminada a pobreza. Assim, não valorizam a educação, que proporcionaria através de maior escolaridade melhores empregos e salários. (PAIVA *in* BARRETO *et al.* 1992).

Os depoimentos revelam que é melhor a ação dos professores para lidar com os comportamentos antissocial do que a polícia. A questão da segurança envolve a sociedade onde há um aumento da criminalidade como um todo, a violência não é algo exclusivo apenas da escola. (FUKUI *in* BARRETO *et al.* 1992).

Somos uma sociedade de consumo igual a qualquer outra de país industrializado, porém nem todos têm acesso aos bens materiais e há uma distribuição de renda bastante desigual, ocasionando grandes exclusões. Desse modo, é questionado como se pode preparar os professores, como encontrar soluções para a escola e até para a sociedade que possui características de tribal, arcaica, moderna e pós-moderna.

Destaca-se que há uma burocratização na escola levando a um conformismo, a uma falta de diálogo, de perspectiva crítica, a

uma subserviência à miséria cotidiana. (GUIMARÃES; DE PAULA *in* BARRETO *et al.* 1992).

Há dois lados nesta realidade de violências. Um lado corresponde à violência utilitária, a instituída. De outro lado há as reações agressivas e uma resistência que subverte o instituído.

É preciso os educadores perceberem o que está além do social, do econômico, do político e do psicológico. Há uma comunicação não explícita que se apresenta através de comportamentos, estratégias, astúcias com vontade de viver e conviver, embora de forma conflitiva. (GUIMARÃES, 1996).

Os diretores das escolas estão cansados, há pouca estrutura para desenvolver os trabalhos e esperam que o alunado não deem trabalho, seja do tipo “aluno bonzinho”. Há um desencanto com a educação, com a vida. Há muita burocracia a ser cumprida e os diretores na maioria são conservadores, o que impede qualquer mudança na escola.

A preocupação dos educadores não é tanto com as agressividades que os alunos apresentam, mas o que isto representa em termos de novos valores. Há um temor em relação à confrontação com os valores tradicionais da sociedade, de certo modo teme-se que o processo se inverta: os alunos passarem a ser os porta vozes de um poder de dominação que estava com os educadores. (GUIMARÃES, 1988).

A obra “Violência nas escolas e políticas públicas”, organizada por Éric Debarbieux e Catherine Blaya (2002) é de extrema importância para o entendimento da temática: “violência escolar” ou “comportamentos antissocial”.

Esta obra é uma publicação dos principais resultados da Conferência Mundial sobre “Violências nas escolas e políticas públicas”, organizada em Paris, em março de 2001, e do Observatório Europeu de Violência Escolar, fundado em 1998.

Algumas conclusões deste trabalho conforme Farrington (2002) esclarecem que: Os principais fatores de risco para a violência juvenil são de longo prazo e circunstanciais ou de curto prazo. Os de longo prazo são os psicológicos: forte impulsividade e baixa inteligência, provavelmente relacionada às funções executivas do cérebro. Familiares: pouca supervisão, disciplina severa, maus tratos físicos, um pai violento, família numerosa e família desfeita.

Há também a influência de colegas delinquentes, baixa condição sócio-econômica, residir em centros urbanos e em bairros de alta criminalidade.

Entre os principais fatores de risco de curto prazo ou circunstanciais, estão o consumo de bebidas alcoólicas e atitudes que geram episódios violentos como a continuação de uma simples discussão. (FARRINGTON *in* DEBARBIEUX; BLAYA, 2002).

De acordo com Morita (2002), o Japão adota para a questão da violência escolar, discernir o que é delito, comportamentos agressivos de menor gravidade e crimes graves. Procura assim, controlar as práticas delinquentes e as questões dos alunos problemáticos, incentivando a capacidade e as atitudes destes que impeçam de expressarem-se através de comportamentos inadequados. (MORITA *in* DEBARBIEUX; BLAYA, 2002).

Na Inglaterra, segundo Hayden (2002), o governo tem preocupação com o ensino do currículo nacional, os padrões acadêmicos, as tabelas classificatórias na determinação de notas e na composição referente a esse desempenho mensurável. A questão social e emocional não faz parte das pautas das políticas para as escolas. (HAYDEN *in* DEBARBIEUX; BLAYA, 2002).

Observa-se, no entanto, o fato de que a violência nas escolas se converteu em assunto político e as soluções de longo prazo devem ser desenvolvidas com calma e confiança. (BODY – GENDROT *in* DEBARBIEUX; BLAYA, 2002).

A intimidação e a vitimização possuem causas diversas, assim Smith (2002) aponta como fatores que motivam a violência, os sociais e comunitários, os fatores que dizem respeito à escola, as variáveis de natureza psicológica que correspondem às diferenças individuais e a questão do funcionamento da família. (SMITH *in* DEBARBIEUX; BLAYA, 2002). Destaca-se ainda a cultura da violência nos grandes centros urbanos onde os jovens estão expostos, assimilando e desenvolvendo uma persona “dura” caracterizada pela sobrevivência e a conquista do respeito alheio. Desse modo, os professores deveriam conhecer mais de perto a cultura juvenil, buscar compreender seus medos e problemas pessoais evitando construir fronteiras comportamentais que não devem ser ultrapassadas pelos alunos.

Em escolas onde as funções de disciplina são assumidas por policiais e seguranças, a distância emocional entre diretores, professores e estudantes torna-se ampliada. Os alunos captam dessa forma, que na escola ninguém se importa com a administração escolar e que eles são responsáveis por sua própria segurança.

Sugere-se então, que é necessário desconstruir literalmente as escolas enormes e superlotadas, construindo no lugar destas, espaços educacionais com ambientes menores, mais íntimos e mais afetivos. (DEVINE *in* DEBARBIEUX; BLAYA, 2002).

Comparando França e Inglaterra, Blaya (2002) revela que o sistema de ensino da França oferece mais vitimização e insegurança, os professores se sentem mais insatisfeitos e desvalorizados. Na França a violência grupal é mais comum e causa mais trauma. Em ambos os países, Inglaterra e França, a violência verbal ocorre com mais intensidade e os meninos são mais vitimizados do que as meninas. (BLAYA *in* DEBARBIEUX; BLAYA, 2002).

### 3.1 EXCLUSÃO DO ESTUDANTE DA ESCOLA – O CAMINHO PARA O PRESIDÍO

Lacerda (2007), com o título “Violência na escola: das ofensas ao delito penal: uma análise na cidade de São Luís”. (Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA), pesquisa como se configura a violência no âmbito das escolas públicas e privadas em São Luís, a partir das percepções dos alunos, professores e técnicos administrativos. Algumas conclusões desta pesquisa indicam que as escolas públicas estão mais expostas à ocorrência de violências, de brigas, agressões e espancamentos, pela menor disponibilidade de recursos e pessoal responsável pela prevenção e controle, além do grande contingente de alunos matriculados nas escolas pesquisadas.

Na escola particular, existe algum tipo de trabalho, como acompanhamento dos alunos por psicopedagogos às crianças com idade de 2 a 6 anos. Após essa faixa etária, não existe nenhum trabalho de acompanhamento que abranja todos os alunos. Na escola pública, não foi identificado trabalhos de prevenção dos fatores de risco que possam levar a prever casos de violência juvenil. Assim os jovens mais pobres ficam à margem do acaso, de um dia

terem medidas para prevenção da violência e criminalidade juvenil. (LACERDA, 2007).

A pesquisa de Gomes (1996) trata das crianças e dos adolescentes excluídos em São Luís. Este trabalho faz reflexões sobre a exclusão que os infanto-juvenis sofrem, aborda os aspectos político – econômico e social do Brasil e enfoca especificamente o Estado do Maranhão e o desenvolvimento deste, a relação com a exclusão dos jovens, tanto no campo quanto na cidade. Direciona-se esta pesquisa para retratar a realidade maranhense e exclusivamente a de São Luís. Algumas conclusões desta investigação apontam que a maioria das escolas construídas em grandes prédios, causam medo aos jovens, pois estes temem as “gangues” de alunos que se constituem dentro das mesmas. Os alunos se sentem maltratados pelos que realizam o processo educativo, também foi possível perceber que aqueles alunos indisciplinados, têm muita dificuldade de se matricular em outra escola quando perdem a vaga, ou em alguns casos, não conseguem ingressar novamente em escola pública.

Os depoimentos e as entrevistas nesta pesquisa conforme Gomes (1996) indicam

[...] que as escolas de São Luís não estão sabendo lidar com os alunos que não se curvam ao autoritarismo, está havendo um ataque e um contra-ataque, de um lado diretores, professores, funcionários, a própria família e de outro o aluno; a criança, o adolescente principalmente, que não aceita ser domado, pois domar ficou para os animais irracionais, que não criticam, não questionam. (GOMES, 1996, p. 115).

Com suas maneiras rústicas, sintaxe mutilada, agressividades típicas ou apatias sem explicações, os filhos das classes pobres procuram na escola o caminho para a vida cidadã, no entanto muitos professores os veem como “diferentes”, privilegiando a cultura, o ensino da classe dominante. A escola pública tem recebido estes novos sujeitos para educá-los, porém não está preparada adequadamente.

No Brasil, por conta das desigualdades de oportunidades sociais, há elevada concentração de renda e patrimônio, favorecendo diversos tipos de cidadania com inexistência ou pouca participação do povo nos seus direitos políticos básicos, assim, são favorecidas

formas clientelistas para a direção do sistema político e para a administração pública, o que limita a concretização de instituições e o exercício de conduta democrática. Tal situação de desigualdades no Brasil é favorecedora da exclusão ou não extensão dos anos de escolaridade da população. O estudante que é oriundo de família que possui melhor nível socioeconômico se qualifica com mais qualidade, consegue ser promovido nos anos escolares, o que não é a realidade de muitos estudantes de camadas pobres. Assim Gomes (1996) se refere à exclusão escolar:

O aluno da escola pública geralmente vem de condições de vida que refletem a privação de direitos à habitação, alimentação, saúde e vestuário, o que potencializa seu ingresso prematuro em algum tipo de trabalho para garantir a sobrevivência, consequentemente o 'modelo escolar' condiciona a resultados negativos advindos de uma prática pedagógica, conteúdos, procedimentos didáticos e critérios de avaliação que levam a uma total exclusão da escola. (GOMES, 1996, p. 80).

A exclusão do jovem da escola e o caminho para o presídio ocorre quando professores ou educadores resolvem os problemas dos que a usufruem (alunos) da escola, autorizando a transferência deles. Não desenvolvem programas de recuperação ou atividades que possam compensar a indisciplina ou as ações antissociais dos alunos e como se não bastassem, há diretores que recusam a matrícula deles nas escolas, deixando-os em situação de risco propícios a serem adotados por traficantes ou qualquer outra espécie de bandido.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática da exclusão de crianças e adolescentes, a violência entre estas, vem sendo objeto de estudo por muitas décadas. É uma preocupação de cientistas, pois não se conformam em constatar que crianças e adolescentes sejam massacrados, assassinados ou condenados a terem uma vida em jaulas como animais selvagens por culpa de um sistema político – econômico excludente dos direitos humanos.

Pesquisar o que está ocorrendo com os jovens no que se refere às violências sofrida ou cometida por estes é ir além das aparências, buscando compreender o processo social em que são inseridas e compreender mais ainda o desenvolvimento da nossa educação, pois esta, com seus objetivos claros de desenvolver integralmente o ser humano vêm através dos anos, demonstrando uma prática que se revela excluindo muitas crianças e adolescentes que não conseguem enquadrar-se nos métodos e normas escolares, contradizendo todos os princípios da pedagogia.

Não é tirando o jovem da escola que iremos resolver a questão da delinquência juvenil, nem pondo o mesmo num presídio ou “casa de ressocialização”, pois onde foram investidos recursos em programas para correção de comportamentos, as taxas de reincidência de violências se mantiveram. Chama a atenção o efeito devastador do confinamento sobre a personalidade do ser humano e a contradição insolúvel entre as funções de custódia e de reabilitação. Como instituição total, a prisão deforma a persona, moldando-a com uma subcultura prisional (prisonização). A reunião coercitiva de jovens do mesmo sexo em ambiente fechado, autoritário, opressivo e violento, rompe e avilta. Os internos são submetidos às leis da massa, ou seja, ao código dos prisioneiros, onde comanda a violência e a dominação de uns sobre os outros.

Deseja-se que os educadores da sociedade atual não estigmatizem os jovens em dificuldades por aquilo que os torna diferente dos demais, ou seja, a instabilidade emocional, as limitações de cognição, a dificuldade no estabelecer relacionamentos significativos, a baixa tolerância, as frustrações, o imediatismo e a dificuldade em direcionar a agressividade em ações construtivas, o medo de confrontar-se com a própria realidade pessoal e social, a recusa de tarefas de organização e planejamento de vida, baixos níveis de autoestima, autoconfiança e autoconceito, a desconfiança em relação aos adultos, a afirmação das leis do mais forte e do mais esperto, acreditar exacerbadamente no destino e na sorte de cada pessoa, assim, como uma percepção muito fatalista da vida.

O importante não é saber o que o educando, o jovem não é, o que não tem, o que não sabe, o que não é capaz, o fundamental é conhecer o jovem, o educando, descobrindo o que ele é, o que ele traz, o que ele sabe e do que ele é capaz. É necessário

se desenvolver trabalhos educativos e de socialização tendo como base as capacidades manifestas e potenciais do aluno, e ajudar o mesmo a superar as dificuldades, considerar-se o lado positivo do jovem para estruturar o trabalho a ele dirigido. O educando neste intento, será o sujeito e o agente do processo e não um objeto do ato educacional.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; GRAÇAS RUA, Maria das. **Violência nas escolas**. Brasília: UNESCO. Instituto Ayrton Senna. UNAIDS. Banco Mundial. USAID. Fundação Ford. CONSED. UNDIME, 2004.

ABRAMOVAY, Miriam; GRAÇAS RUA, Maria das. **Violência nas escolas**. Brasília: UNESCO. Instituto Ayrton Senna. UNAIDS. Banco Mundial. USAID. Fundação Ford. CONSED. UNDIME, 2003. (Versão resumida).

AGOZINO, Adalberto C. **Violência política en el siglo XXI**. Ciudadela: Dasyuna Ediciones Argentinas, 2011.

BARRETO, Vicente. Educação e violência: reflexões preliminares. *In*: BARRETO, Vicente; PAIVA, Vanilda; ZALUAR, Alba. (Org.). **Violência e educação**. São Paulo: Livros do Tatu/Cortez, 1992. (Coleção Educação Hoje e Amanhã).

BLAYA, Catherine. Clima escolar e violência nos sistemas de ensino secundário da França e da Inglaterra. *In*: DEBARBIEUX, Éric; BLAYA, Catherine. (Org.) **Violência nas escolas e políticas públicas**. Brasília: UNESCO, 2002.

BODY - GENDROT, Sophie. Violência escolar: um olhar comparativo sobre políticas de governança. *In*: DEBARBIEUX, Éric; BLAYA, Catherine. (Org.) **Violência nas escolas e políticas públicas**. Brasília: UNESCO, 2002.

DEBARBIEUX, Éric; BLAYA, Catherine. (Org.) **Violência nas escolas e políticas públicas**. Brasília: UNESCO, 2002.

DEVINE, John. A mercantilização da violência escolar. *In*: DEBARBIEUX, Éric; BLAYA, Catherine. (Org.) **Violência nas escolas e políticas públicas**. Brasília: UNESCO, 2002.

FARRINGTON, David P. Fatores de risco para a violência juvenil. *In*: DEBARBIEUX, Éric; BLAYA, Catherine. (Org.) **Violência nas escolas e políticas públicas**. Brasília: UNESCO, 2002.

FUKUI, Lia. Segurança nas escolas. *In*: BARRETO, Vicente; PAIVA, Vanilda; ZALUAR, Alba. (Org.). **Violência e educação**. São Paulo: Livros do Tatu/Cortez, 1992. (Coleção Educação Hoje e Amanhã).

GOMES, Werlang Cutrim. **A criança e o adolescente excluídos: realidade e perspectivas na sociedade maranhense**. São Luís. (Monografia de conclusão de curso de graduação: Licenciatura em Pedagogia, UFMA – São Luís, 1996).

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; TOSTA, Sandra Pereira. (Org.). **A síndrome do medo contemporâneo e a violência na escola**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. (Coleção Cultura, Mídia e Escola).

GUIMARÃES, Áurea Maria. **Vigilância, punição e depredação escolar**. Campinas: Papirus, 1988.

GUIMARÃES, Áurea Maria. **A dinâmica da violência escolar: conflito e ambiguidade**. Campinas, SP: Autores Associados, 1996. (Coleção educação contemporânea).

GUIMARÃES, Eloisa; DE PAULA, Vera. Cotidiano escolar e violência. *In*: BARRETO, Vicente; PAIVA, Vanilda; ZALUAR, Alba. (Org.). **Violência e educação**. São Paulo: Livros do Tatu/Cortez, 1992. (Coleção Educação Hoje e Amanhã).

HAYDEN, Carol. Fatores de risco e expulsão de alunos da escola. *In*: DEBARBIEUX, Éric; BLAYA, Catherine. (Org.) **Violência nas escolas e políticas públicas**. Brasília: UNESCO, 2002.

LACERDA, Maria Izabel Costa Lacerda. **Violência na escola**: das ofensas ao delito pessoal: uma análise na cidade de São Luís. (Dissertação de conclusão de curso de pós-graduação: Mestrado em Políticas Públicas, UFMA, 2007).

MORITA, Yohji. Violência na escola: uma abordagem japonesa. *In*: DEBARBIEUX, Éric; BLAYA, Catherine. (Org.) **Violência nas escolas e políticas públicas**. Brasília: UNESCO, 2002.

PAIVA, Vanilda. Violência e pobreza: a educação dos pobres. *In*: BARRETO, Vicente; PAIVA, Vanilda; ZALUAR, Alba. (Org.). **Violência e educação**. São Paulo: Livros do Tatu/Cortez, 1992. (Coleção Educação Hoje e Amanhã).

RAPOSO, Conceição. A realidade educacional maranhense: subsídios para reflexão. **Cadernos de Pesquisa**. São Luís, v. 2, n. 1, p.11-36, jan./jun. 2000.

SMITH, Peter. Intimidação por colegas e maneiras de evitá-la. *In*: DEBARBIEUX, Éric; BLAYA, Catherine. (Org.) **Violência nas escolas e políticas públicas**. Brasília: UNESCO, 2002.

ZALUAR, Alba. Exclusão social e violência. *In*: BARRETO, Vicente; PAIVA, Vanilda; ZALUAR, Alba. (Org.). **Violência e educação**. São Paulo: Livros do Tatu/Cortez, 1992. (Coleção Educação Hoje e Amanhã).